

**AgInt nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº
7.993 - DF (2009/0092951-7)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
AGRAVANTE : **UNIÃO**
AGRAVADO : **SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA - ASSIBGE**
ADVOGADO : **PAULO VINÍCIUS NASCIMENTO E OUTRO(S) - RJ013242**
INTERES. : **AILTON AZEVEDO TEIXEIRA**
INTERES. : **ANTÔNIO LUIZ DA SILVA**
INTERES. : **BENÍCIO DA ROCHA**
INTERES. : **CRISTIANE LEANDRO DOS SANTOS**
INTERES. : **ELIZABETH OSÓRIO AMORIM**
INTERES. : **FLÁVIO PASSOS DELVAUX**
INTERES. : **GILDO CARLOTA DE JESUS**
INTERES. : **JORGE MONTEIRO DA SILVA**
INTERES. : **JOSÉ CARLOS GONÇALVES PORTELA**
INTERES. : **JOSÉ RIBEIRO DE MENDONÇA**
INTERES. : **MARIA HELENA GRUEWALD M LEDUC**
INTERES. : **NATANAEL DIAS DA SILVA**
INTERES. : **SÉRGIO FERNANDO DE LIMA SOUZA**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO. LIQUIDEZ E EXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A União detém legitimidade passiva para figurar no polo passivo da execução em mandado de segurança por simetria de *writ* impetrado em face de ato praticado por Ministro de Estado. Ademais, dirimida a controvérsia da legitimidade passiva na fase de conhecimento, inviável sua rediscussão na fase executiva, sob pena de ofensa à coisa julgada.
2. Não vinga a alegação de inépcia da petição inicial, porquanto é possível à parte diligenciar e providenciar a documentação exigida para instruir a execução.
3. Descabe reconhecer a nulidade da execução, pois a liquidez do título judicial é aferível por meio da realização de meros cálculos aritméticos, sendo possível verificar a extensão e a determinação do objeto da prestação. De outra parte, a exigibilidade encontra-se presente, uma vez que não verificada a pendência de termo ou condição para o cumprimento da obrigação.

4. Não procede a apontada ocorrência da prescrição da pretensão executória, que no caso é quinquenal mesmo em se tratando de mandado de segurança, nos termos do art. 1º do Decreto-Lei 20.910/32 e da orientação contida na Súmula 150/STF.

5. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Nefi Cordeiro, Presidente da Terceira Seção. A Sra. Ministra Laurita Vaz e os Srs. Ministros Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator, Nefi Cordeiro, Presidente da Terceira Seção.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator